

O indispensável realinhamento partidário

ANC pág 3

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
13 FEV 1987

Como ficou demonstrado em diversas oportunidades, o PMDB quer ser sócio privilegiado do governo. Quando tudo vai bem, agarra-se nele e se credita nos êxitos registrados; quando tudo vai mal, afasta-se e faz saber que nada tem que ver com o malogro do parcelero. Claro, essa situação não poderá prolongar-se indefinidamente, sobretudo porque, agora como nunca, o Palácio do Planalto carece de apoio parlamentar e irá buscá-lo onde estiver. É nesse contexto que se deve entender a crise que lavra entre o presidente da República e o PMDB — a qual vem à tona e se mostra por inteiro quando se exa, seguindo uma tradição na República, escolhe um líder na bancada de deputados do partido oficial, o baiano Carlos Sant'Anna. O senador Fernando Henrique Cardoso já ameaçara, afirmando que se o governo tivesse líder não precisaria do PMDB para defendê-lo. Pelo mesmo diapasão afina o deputado Jorge Uequed (RS): "Assim (isto é, com a escolha de Sant'Anna), o PMDB fica desobrigado de defender o governo".

Muito bem, então é o caso de indagar se, no caso de cessarem os compromissos da legenda peemedebista com o Executivo, não assistiria a este último o direito de demitir os ministros do PMDB... Com a experiência de muitos anos de vida no Legislativo, desde que fora eleito para a Constituinte gaúcha de 1947, o senador Mem de Sá tinha o

hábito de lembrar que a obrigação maior da agremiação situacionista é oferecer sustentação ao Executivo quando ele está errado. Porque, rematava, quando ele está certo, até a oposição tem o dever de prestigiá-lo... A verdade é que por trás da pretensão indevida de impedir a designação de um líder do governo está o fato de ser o PMDB não um partido e sim uma frente partidária, que é capaz de unir-se quando lhe incumbe definir o que não quer, porém — por ser heterogêneo, composto de facções conflitantes — se confunde quando lhe compete fixar-se em torno de pontos positivos de ação política. Mais. É a esquerda do PMDB que rejeita o líder do governo, por uma circunstância extremamente fácil de entender: essa ala só caminhará passo a passo com o presidente da República enquanto obtiver dividendos e vantagens; e enquanto puder ver bem sucedidas as pressões que exerce a fim de conseguir concessões à demagogia ou medidas tendentes a tornar vitoriosas as teses por que se bate, máxime a que prega a destruição da liberdade de empreender.

Essa ala, aliás, podendo livrar-se do sr. José Barney, irá desembarcá-lo sem demora e sem apelação. O golpe foi tentado quando se buscou impor a Constituinte exclusiva, a que se reconhecera a prerrogativa de emendar, quando qui-

sesse, a Constituição em vigor, alterando a seu bel-prazer a ordem jurídica — o que acabaria acarretando a supressão do processo de transição democrática. Tal Constituinte exclusiva, na ausência da Câmara e do Senado, operaria por conta de um suposto texto a ser promulgado sem prazo estabelecido e talvez deliberasse, por exemplo, dispensar o presidente da República da função que exerce e mandá-lo para casa, ou substituindo-o por alguém que trabalhe 24 horas por dia para passar no peltó a faixa verde e amarela que simboliza o poder, ou, afinal, não o substituindo, a fim de instalar, como na Revolução Francesa, o governo da Assembléia, a desaguar em algum Comitê de Salvação Pública.

Quem observa com atenção o desenrolar dos lances mais importantes da atividade política deveria, há muito, ter previsto que governo e PMDB, como um todo, caminhariam cedo ou tarde para um desenlace, que só não sucedeu no começo do ano passado por causa da euforia nacional suscitada pela decretação do Plano Cruzado. Diante da repercussão das medidas divulgadas em 28 de fevereiro de 1987, os peemedebistas (à frente o deputado Ulysses Guimarães) não tiveram escolha: deram meia volta e retomaram o rumo do Planalto, empenhados em *faturar* em clima dos aplausos que o sr. José Barney co-

lha. Depois, foi o que se viu, o PMDB explorando o congelamento de preços e fazendo a maior força para que fosse mantido, de olho no pleito de 15 de novembro; e o governo, indeciso, fraco, incompetente, preservando o congelamento, artificial e maléfico. Resultado: desarticulou-se a economia, levando-a aos impasses deste início de ano, mas o PMDB ganhou a eleição.

Resta indagar que é que acontecerá quando os peemedebistas se dividirem, uns aliados ao governo, outros combatendo-o. Cumpre dizer que tudo ficará mais claro na ribalta política. A esquerda da legenda majoritária efetivará seu noivado com as outras esquerdas que agitam o plenário do Legislativo; e o centro democrático ficará de mãos livres para aglutinar-se sob lideranças autênticas dos moderados, que perfazem a maioria dos deputados e senadores, expressando a vontade da opinião pública. Isso, evidentemente, será bom para todos os que prezam viver às claras, assumir a responsabilidade das atitudes, responder pelas consequências delas, colocar-se nas posições de suas convicções doutrinárias ou ideológicas. Terá o governo ânimo para seguir em frente e criar fatos que conduzam a um saudável *realinhamento* (a palavra está na moda mas é empregada aqui em sua acepção legítima) das bancadas parlamentares?